

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: BLOG COMPANHIA DA NOTÍCIA

DATA: 24.01.19

Presidente da Fecomércio considera “passo importantíssimo” a nova Lei Geral das MPEs de Natal



Marcelo Queiroz,

presidente da Fecomércio RN

O Projeto de Lei Complementar nº 001/2018, do Executivo Municipal, que “Institui no município de Natal o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aos microempreendedores individuais e empreendimentos econômicos solidários” foi aprovado na manhã desta quarta-feira, 23, em primeira discussão, durante sessão extraordinária da Câmara Municipal de Natal.

“Esta aprovação, embora ainda apenas em primeira votação, é um passo importantíssimo para todos os empreendedores e microempreendedores da cidade de Natal, que passam a contar finalmente com segurança jurídica e um ambiente mais propício ao desenvolvimento dos seus negócios, que são o pilar da geração de emprego e renda para os natalenses”, afirmou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz.

O presidente da Fecomércio RN e do Conselho Deliberativo do Sebrae fez questão de pontuar que a nova legislação traz avanços e corrige distorções em relação à que estava em vigor, além de contar com a disposição do prefeito Álvaro Dias de, efetivamente, colocar as novas regras em vigor.

O PL Complementar votado hoje revoga a Lei Municipal nº 6.025/2009 (que trata da implantação do âmbito local do Estatuto Nacional da Microempresa – ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), altera a Lei Complementar nº 055/2004 (Código de Obras),

CONTINUAÇÃO

bem como a Lei nº 4.885/1997 (que trata do Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano – RITUR).

Todos os municípios do Rio Grande do Norte já possuem leis específicas de incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte. Este novo instrumento irá desburocratizar algumas situações, como a emissão de alvarás, por exemplo, que antes seguiam o Código de Obras, e que agora serão simplificados, como determina a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O documento está sendo considerado um marco fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade, com estímulo às micro e pequenas empresas da capital, que serão beneficiadas com um ambiente mais favorável aos negócios, desembaraço fiscal e burocrático, maior competitividade e com a abertura de novos mercados. As MPEs e os MEIs correspondem a cerca de 87% das empresas existentes no Estado, sendo que 78% delas são dos segmentos de Comércio e Serviços (sendo 45% no Comércio e 33% nos Serviços). Em Natal, elas representam 84% das empresas e responderam, no ano passado, por quase 95% dos empregos formais gerados.

A sessão foi bastante concorrida e contou com a presença de vários membros da diretoria do Sistema Fecomércio RN. O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba, Luiz Lacerda, também comemorou a aprovação. “Como bem sabemos, uma das causas da crise econômica é o desemprego. Com a aprovação desta lei, e a consequente simplificação dos processos, será um estímulo à geração de empregos e renda”. “Este assunto é de suma importância, e vai beneficiar diretamente o setor produtivo e a sociedade civil organizada, que será contemplada com uma lei que vai permitir que as empresas possam trabalhar, e que o empreendedor volte a gerar emprego”, reforçou o vice-presidente da entidade e da Federação das Associações Comerciais do Estado, Itamar Manso Maciel.

Assessoria de Comunicação da Presidência do Sistema Fecomércio RN

VEÍCULO: NOVO Notícias

DATA: 24.01.19



Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio-RN / Foto | Reprodução/Fecomércio

Presidente da Fecomércio comemora aprovação de Lei sobre MPE's na CMN

“É um passo importantíssimo para, efetivamente, criarmos segurança jurídica e um ambiente favorável aos negócios”, diz Marcelo Queiroz sobre nova Lei de Natal

O Projeto de Lei Complementar nº 001/2018, do Executivo Municipal, que “Institui no município de Natal o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aos microempreendedores individuais e empreendimentos econômicos solidários” foi aprovado na manhã desta quarta-feira, 23, em primeira discussão, durante sessão extraordinária da Câmara Municipal de Natal.

“Esta aprovação, embora ainda apenas em primeira votação, é um passo importantíssimo para todos os empreendedores e microempreendedores da cidade de Natal, que passam a contar finalmente com segurança jurídica e um ambiente mais propício ao desenvolvimento dos seus negócios, que são o pilar da geração de emprego e renda para os natalenses”, afirmou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz.

O presidente da Fecomércio RN e do Conselho Deliberativo do Sebrae fez questão de pontuar que a nova legislação traz avanços e corrige distorções em

CONTINUAÇÃO

relação à que estava em vigor, além de contar com a disposição do prefeito Álvaro Dias de, efetivamente, colocar as novas regras em vigor.

O PL Complementar votado hoje revoga a Lei Municipal nº 6.025/2009 (que trata da implantação do âmbito local do Estatuto Nacional da Microempresa – ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), altera a Lei Complementar nº 055/2004 (Código de Obras), bem como a Lei nº 4.885/1997 (que trata do Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano – RITUR).

Todos os municípios do Rio Grande do Norte já possuem leis específicas de incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte. Este novo instrumento irá desburocratizar algumas situações, como a emissão de alvarás, por exemplo, que antes seguiam o Código de Obras, e que agora serão simplificados, como determina a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O documento está sendo considerado um marco fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade, com estímulo às micro e pequenas empresas da capital, que serão beneficiadas com um ambiente mais favorável aos negócios, desembaraço fiscal e burocrático, maior competitividade e com a abertura de novos mercados. As MPEs e os MEIs correspondem a cerca de 87% das empresas existentes no Estado, sendo que 78% delas são dos segmentos de Comércio e Serviços (sendo 45% no Comércio e 33% nos Serviços). Em Natal, elas representam 84% das empresas e responderam, no ano passado, por quase 95% dos empregos formais gerados.

A sessão foi bastante concorrida e contou com a presença de vários membros da diretoria do Sistema Fecomércio RN. O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba, Luiz Lacerda, também comemorou a aprovação. “Como bem sabemos, uma das causas da crise econômica é o desemprego. Com a aprovação desta lei, e a consequente simplificação dos processos, será um estímulo à geração de empregos e renda”.

“Este assunto é de suma importância, e vai beneficiar diretamente o setor produtivo e a sociedade civil organizada, que será contemplada com uma lei que vai permitir que as empresas possam trabalhar, e que o empreendedor volte a gerar emprego”, reforçou o vice-presidente da entidade e da Federação das Associações Comerciais do Estado, Itamar Manso Maciel.

VEÍCULO: PORTAL NO AR

DATA: 24.01.19

Vereadores aprovam em primeira sessão texto da Lei Geral da MPE

Com apenas um voto contra, os 21 vereadores presentes deram parecer favorável

Por Redação



Os parlamentares que compareceram à sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de Natal, nesta quarta-feira (23), deram um passo importante para regulamentação na capital da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Com apenas um voto contra, os 21 vereadores presentes deram parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar 001/2018, enviado em pedido de urgência pelo executivo municipal.

O Sistema FIERN esteve representado na sessão pelo Diretor Heyder Dantas, que também preside o Conselho da Micro e Pequena Empresa (COMPEM-FIERN). O diretor da Federação das Indústrias Roberto Serquiz esteve presente.

O texto faz atualizações importantes em outras leis, desburocratiza o atendimento às micro e pequenas empresas na capital e cria um ambiente legal favorável ao desenvolvimento de negócios de pequeno porte. A matéria volta a ser apreciada e debatida na casa legislativa na volta do recesso parlamentar, prevista para o dia 18 de fevereiro.

A redação do PLC é resultado de uma ampla discussão entre representantes da classe produtiva, encabeçada pelo Sebrae no Rio Grande do Norte, poder público e a sociedade desde o ano passado. O texto foi enviado pelo chefe do executivo à época,

CONTINUAÇÃO

Carlos Eduardo Alves, ainda em abril de 2018 com pedido de urgência, tendo sido aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e discutido em audiência pública. Na segunda votação, a matéria já terá tramitado nas demais comissões, propostas na sessão desta quarta-feira [de Trabalho e de Educação], e deverá receber emendas a serem debatidas em plenário.

De acordo com o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, apesar de a Lei Geral já ter sido aprovada e implantada em todos os municípios do estado, é necessária a atualização no caso da capital e implantação no estado, como determina a legislação nacional. Segundo Zeca Melo, como é também conhecido o superintendente, a legislação facilitará a obtenção de alvarás e licenças em âmbito municipal, implanta a educação empreendedora na grade curricular das escolas da rede municipal e amplia a inserção de pequenos negócios nas compras realizadas pela prefeitura, permitindo Microempreendedores Individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e microempresas (ME) participem de licitações de forma diferenciada.

“A aprovação é importante porque garante tratamento diferenciado às pequenas empresas da cidade. Hoje, dos mais de 160 mil pequenos negócios, 80 mil estão em Natal. E são essas empresas que têm gerado emprego na capital”, declarou Zeca Melo, confiante da aprovação na próxima votação.

Presidida pelo vereador Paulinho Freire (SD), a sessão foi a primeira do ano e realizada de forma extraordinária no auditório da Escola do Legislativo, não no plenário da casa, que está passando por reformas. O projeto da Lei Geral foi a primeira das quatro pautas do dia a ser analisada pelos vereadores, que aprovaram a iniciativa em primeira votação, com exceção do vereador Fernando Lucena (PT). Todos os demais deram aval ao projeto para debate na próxima votação e possível aprovação.

Repercussão

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Marcelo Queiroz, que também é presidente do Sistema Fecomércio, comemorou a decisão dos vereadores. “Esta aprovação, embora apenas em primeira votação, é um passo importantíssimo para todos os empreendedores e microempreendedores da cidade de Natal, que passam a contar finalmente com segurança jurídica e um ambiente mais propício ao desenvolvimento dos seus negócios, que são o pilar da geração de emprego e renda para o natalense”.

O Projeto de Lei Complementar 001/2018 institui o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, aos Microempreendedores Individuais e empreendimentos econômico solidários, revogando a Lei Municipal nº 6.025/2009 e alterando a Lei Complementar nº 055/2004 (Código de Obras), bem como a Lei nº 4.885/1997 (que trata do Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano – RITUR).

CONTINUAÇÃO

O presidente da FIERN, Amaro Sales, tem opinião semelhante. “Para todos nós que atuamos nas instituições de defesa das atividades produtivas foi um momento importante. Estamos todos celebrando a aprovação. Parabéns as instituições que acompanharam o assunto, à Câmara Municipal e aos pequenos e médios empreendedores de Natal. Uma saudação particular ao SEBRAE, a FECOMERCIO e ao COMPEM/FIERN que, há meses, participavam dos debates e acompanhavam o assunto na Câmara Municipal. Apoiar os pequenos e médios empreendimentos é uma das apostas certas para consolidarmos no nossa rota de direção para o desenvolvimento econômico sustentável!”.

O projeto está baseado em sete capítulos primordiais. O primeiro é a educação empreendedora, que deverá ser implantada na rede municipal de ensino. Passa também pela desburocratização e pela instituição da rede municipal de políticas de desenvolvimento. Além disso, criar mecanismos para ampliar a participação dos pequenos negócios nas compras públicas do município e estímulos ao microempreendedor individual e aos empreendimentos econômicos solidários. O texto também regulamenta o incentivo à capitalização de microcrédito, assim como incentivos tributários e de infraestrutura.

Para o vereador Kleber Fernandes (PDT), a aprovação do projeto vai dar condição de tratamento diferenciado aos empreendedores, fazendo com que a relação com o poder público municipal seja facilitada e garantindo a desburocratização, sobretudo para licenciamento, abertura de procedimentos administrativos e acabar com a necessidade de duplicidade de informações e documentos, já que unifica os procedimentos administrativos no âmbito do município para fins de regularização, manutenção e alteração das empresas de pequeno porte. “Essa matéria é de extrema importância e relevância para a garantia do desenvolvimento e do apoio ao fomento do empreendedorismo e das micro e pequenas empresas e de MEI’s”, sintetizou.

Segundo o vereador, que é líder do prefeito na Câmara, a legislação do jeito que está sendo proposta dá um tratamento diferenciado também para incentivar a participação dos pequenos nas compras governamentais, dando igualdade de condições das pequenas empresas competirem junto a empresas maiores ou empresas nacionais. “Acredito que foi um passo inicial importante para a garantia da valorização dessas empresas e para dar uma condição melhor para o empresário ter um clima menos hostil e mais favorável para empreender na nossa cidade Natal. Isso, conseqüentemente, gerará novas oportunidades de emprego e renda, assim como novas oportunidades para arrecadação e geração de receitas para o município. Todos têm a ganhar”, comentou Kleber Fernandes sobre a aprovação do projeto na primeira votação.

VEÍCULO: SITE FIERN

DATA: 24.01.19

Vereadores aprovam em primeira sessão texto da Lei Geral da MPE



Os parlamentares que compareceram à sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de Natal, nesta quarta-feira (23), deram um passo importante para regulamentação na capital da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Com apenas um voto contra, os 21 vereadores presentes deram parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar 001/2018, enviado em pedido de urgência pelo executivo municipal.

O Sistema FIERN esteve representado na sessão pelo Diretor Heyder Dantas, que também preside o Conselho da Micro e Pequena Empresa (COMPEM-FIERN). O diretor da Federação das Indústrias Roberto Serquiz esteve presente.

O texto faz atualizações importantes em outras leis, desburocratiza o atendimento às micro e pequenas empresas

CONTINUAÇÃO

na capital e cria um ambiente legal favorável ao desenvolvimento de negócios de pequeno porte. A matéria volta a ser apreciada e debatida na casa legislativa na volta do recesso parlamentar, prevista para o dia 18 de fevereiro.

A redação do PLC é resultado de uma ampla discussão entre representantes da classe produtiva, encabeçada pelo Sebrae no Rio Grande do Norte, poder público e a sociedade desde o ano passado. O texto foi enviado pelo chefe do executivo à época, Carlos Eduardo Alves, ainda em abril de 2018 com pedido de urgência, tendo sido aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e discutido em audiência pública. Na segunda votação, a matéria já terá tramitado nas demais comissões, propostas na sessão desta quarta-feira [de Trabalho e de Educação], e deverá receber emendas a serem debatidas em plenário.

De acordo com o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, apesar de a Lei Geral já ter sido aprovada e implantada em todos os municípios do estado, é necessária a atualização no caso da capital e implantação no estado, como determina a legislação nacional. Segundo Zeca Melo, como é também conhecido o superintendente, a legislação facilitará a obtenção de alvarás e licenças em âmbito municipal, implanta a educação empreendedora na grade curricular das escolas da rede municipal e amplia a inserção de pequenos negócios nas compras realizadas pela prefeitura, permitindo Microempreendedores Individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e microempresas (ME) participem de licitações de forma diferenciada.

“A aprovação é importante porque garante tratamento diferenciado às pequenas empresas da cidade. Hoje, dos mais de 160 mil pequenos negócios, 80 mil estão em Natal. E são essas empresas que têm gerado emprego na capital”, declarou Zeca Melo, confiante da aprovação na próxima votação.

CONTINUAÇÃO

Presidida pelo vereador Paulinho Freire (SD), a sessão foi a primeira do ano e realizada de forma extraordinária no auditório da Escola do Legislativo, não no plenário da casa, que está passando por reformas. O projeto da Lei Geral foi a primeira das quatro pautas do dia a ser analisada pelos vereadores, que aprovaram a iniciativa em primeira votação, com exceção do vereador Fernando Lucena (PT). Todos os demais deram aval ao projeto para debate na próxima votação e possível aprovação.

Repercussão

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Marcelo Queiroz, que também é presidente do Sistema Fecomércio, comemorou a decisão dos vereadores. “Esta aprovação, embora apenas em primeira votação, é um passo importantíssimo para todos os empreendedores e microempreendedores da cidade de Natal, que passam a contar finalmente com segurança jurídica e um ambiente mais propício ao desenvolvimento dos seus negócios, que são o pilar da geração de emprego e renda para o natalense”.

O Projeto de Lei Complementar 001/2018 institui o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, aos Microempreendedores Individuais e empreendimentos econômico solidários, revogando a Lei Municipal nº 6.025/2009 e alterando a Lei Complementar nº 055/2004 (Código de Obras), bem como a Lei nº 4.885/1997 (que trata do Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano – RITUR).

O presidente da FIERN, Amaro Sales, tem opinião semelhante. “Para todos nós que atuamos nas instituições de defesa das atividades produtivas foi um momento importante. Estamos todos celebrando a aprovação. Parabéns as instituições que acompanharam o assunto, à Câmara Municipal e aos pequenos e médios empreendedores de Natal. Uma saudação particular ao

CONTINUAÇÃO

SEBRAE, a FECOMERCIO e ao COMPEM/FIERN que, há meses, participavam dos debates e acompanhavam o assunto na Câmara Municipal. Apoiar os pequenos e médios empreendimentos é uma das apostas certas para consolidarmos na nossa rota de direção para o desenvolvimento econômico sustentável!”.

O projeto está baseado em sete capítulos primordiais. O primeiro é a educação empreendedora, que deverá ser implantada na rede municipal de ensino. Passa também pela desburocratização e pela instituição da rede municipal de políticas de desenvolvimento. Além disso, criar mecanismos para ampliar a participação dos pequenos negócios nas compras públicas do município e estímulos ao microempreendedor individual e aos empreendimentos econômicos solidários. O texto também regulamenta o incentivo à capitalização de microcrédito, assim como incentivos tributários e de infraestrutura.

Para o vereador Kleber Fernandes (PDT), a aprovação do projeto vai dar condição de tratamento diferenciado aos empreendedores, fazendo com que a relação com o poder público municipal seja facilitada e garantindo a desburocratização, sobretudo para licenciamento, abertura de procedimentos administrativos e acabar com a necessidade de duplicidade de informações e documentos, já que unifica os procedimentos administrativos no âmbito do município para fins de regularização, manutenção e alteração das empresas de pequeno porte. “Essa matéria é de extrema importância e relevância para a garantia do desenvolvimento e do apoio ao fomento do empreendedorismo e das micro e pequenas empresas e de MEI’s”, sintetizou.

Segundo o vereador, que é líder do prefeito na Câmara, a legislação do jeito que está sendo proposta dá um tratamento diferenciado também para incentivar a participação dos pequenos nas compras governamentais, dando igualdade de condições das pequenas empresas competirem

CONTINUAÇÃO

junto a empresas maiores ou empresas nacionais. “Acredito que foi um passo inicial importante para a garantia da valorização dessas empresas e para dar uma condição melhor para o empresário ter um clima menos hostil e mais favorável para empreender na nossa cidade Natal. Isso, conseqüentemente, gerará novas oportunidades de emprego e renda, assim como novas oportunidades para arrecadação e geração de receitas para o município. Todos têm a ganhar”, comentou Kleber Fernandes sobre a aprovação do projeto na primeira votação.

SESC

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: NATAL



O Serviço Social do Comércio – SESC AR/RN, através de seu pregoeiro, torna pública a realização do seguinte certame:

1) PREGÃO PRESENCIAL SESC-AR/RN 18/00090-PP, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES, PARA REALIZAR SERVIÇOS EM CAMARAS FRIA NO SESC MOSSORÓ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. **Abertura dia 04/02/2019 às 09:30 horas (HORÁRIO LOCAL) na sede do SESC-AR/RN, localizada na Rua Coronel Bezerra, n° 33, Cidade Alta, Natal/RN.**

OBTENÇÃO DO EDITAL: Eletronicamente através do site <http://www.sescrn.com.br>. INFORMAÇÕES: Pelo telefone (84) 3133-0360 – ramal 263, das 08h às 12h e das 13h às 17h. (HORÁRIO LOCAL)

Natal/RN, 25 de janeiro de 2019

Lucas da Silva Portugal
Pregoeiro

NOTÍCIAS DE INTERESSE (FECOMÉRCIO / SESC / SENAC):

VEÍCULO: BLOG POLÍTICA EM FOCO

DATA: 24.01.19

Novos diretores regionais de educação e cultura tomam posse



“Este é um momento carregado de simbolismo, pois é a primeira vez que adentro a Secretaria de Educação como governadora do RN”. Com essas palavras, a governadora Fátima Bezerra iniciou seu discurso na cerimônia que marcou a posse dos 16 novos diretores nomeados para as Diretorias Regionais de Educação e Cultura (Direcs), realizada na manhã desta quinta-feira (24), no auditório da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC).

A solenidade – presidida pelo secretário da Educação, Getúlio Marques Ferreira – também oficializou a nomeação da professora Márcia Cristina como nova diretora do IFESP (Instituto de Educação Presidente Kennedy). Professora por formação e líder sindical da categoria antes de ser eleita pela primeira vez deputada estadual e iniciar sua carreira política (1995), Fátima Bezerra sempre pontuou sua atuação pelo viés da Educação e não escondeu a emoção ao

CONTINUAÇÃO

encontrar com colegas de todo o RN. “Ao entrar aqui e olhar para cada um de vocês, companheiras e companheiros, confesso que desde então minha cabeça é um álbum de recordação”, revelou.

A governadora demonstrou familiaridade com cada um dos 16 novos diretores, que são professores “da velha guarda”, como ela fez questão de frisar, e também profissionais mais novos, resultando numa mistura intencional de gerações, que favorece a troca de experiências. “Vocês sabem o papel de liderança que vão exercer e por isso foram escolhidos. Todos vão precisar de habilidade, paciência, humildade, capacidade de mediação e muita abertura ao diálogo”, destacou.

Para a chefe do Executivo, o maior desafio dessa gestão é elevar a posição do Rio Grande do Norte nos indicadores da educação, porque o Estado tem ocupado as posições mais baixas há vários anos. “Não podemos ver o RN entre os piores Idebs do Brasil”, refere-se ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 como forma de diagnosticar o ensino em todo o território nacional.

Fátima enfatizou que os novos gestores empossados devem desenvolver ações que correspondam aos anseios da população, principalmente dos jovens, que almejam uma boa educação para serem inseridos mais facilmente no mercado de trabalho. Ela adiantou que o Estado vai estabelecer parcerias com os IFs (institutos federais) e Sistema “S” para reforçar a educação profissionalizante e tornar o Ensino Médio mais atraente para os alunos. “Também temos o compromisso de ampliar o ensino em tempo integral, não só em quantidade, mas sobretudo em qualidade”.

Com relação aos profissionais, a chefe do Executivo estadual evidenciou que o compromisso do estado é valorizar os educadores no que se refere à remuneração e formação continuada. Ela afirmou também que sua gestão vai fortalecer a UERN (Universidade Estadual do RN) e o IFESP pelo relevante papel que essas instituições desempenham em relação à educação superior. E ainda se comprometeu a estabelecer um regime de colaboração com as prefeituras, no sentido de cobrar das gestões municipais a ampliação de acesso às creches e educação básica.

Confira a lista de novos diretores empossados: Joás Ferreira de Andrade (1ª DIREC-Natal); Alcione Flávia F. das Oliveiras (2ª DIREC-Parnamirim), Marcelo Júnior de Assis da Silva (3ª DIREC-Nova Cruz), Manoel Amador Soares Neto (4ª DIREC-São Paulo do Potengi), Débora do Nascimento Felipe (5ª DIREC-Ceará-Mirim), Patrícia Carol Rodrigues de Melo (6ª DIREC-Macau), Meirison Fernandes de Farias (7ª DIREC-Santa Cruz), Francisca das Chagas Marileide Matias da Silva (8ª DIREC-Angicos), Agnaldo Cassiano de Brito (9ª DIREC-Currais Novos), Suenyra Nóbrega Soares (10ª DIREC-Caicó), Maria Aldeíza da Silva (11ª DIREC-Assu), José Jadson Arnaud Amâncio (12ª DIREC-Mossoró), Lusía Gomes Pinto (13ª DIREC-Apodi), Francisco Leopoldo Nunes (14ª DIREC – Umarizal), Maria Aparecida Vieira Diógenes (15ª DIREC- Pau dos Ferros), Romeyka Priscila de Andrade Pereira (16ª DIREC-João Câmara).

VEÍCULO: BLOG MARCOS DANTAS

DATA: 24.01.19

Para Fátima, o maior desafio de seu Governo é elevar a posição do Rio Grande do Norte nos indicadores da educação

Para a governadora Fátima Bezerra, o maior desafio é elevar a posição do Rio Grande do Norte nos indicadores da educação, porque o Estado tem ocupado as posições mais baixas há vários anos. “Não podemos ver o RN entre os piores Idebs do Brasil”, refere-se ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 como forma de diagnosticar o ensino em todo o território nacional.

Fátima enfatizou que os novos diretores das Direds empossados devem desenvolver ações que correspondam aos anseios da população, principalmente dos jovens, que almejam uma boa educação para serem inseridos mais facilmente no mercado de trabalho. Ela adiantou que o Estado vai estabelecer parcerias com os IFs (institutos federais) e Sistema “S” para reforçar a educação profissionalizante e tornar o Ensino Médio mais atraente para os alunos. “Também temos o compromisso de ampliar o ensino em tempo integral, não só em quantidade, mas sobretudo em qualidade”.



Governadora cumprimenta seus novos diretores das Direds em cerimônia nesta quinta-feira.

VEÍCULO: BLOG CRISTINA LIRA

DATA: 24.01.19

Destinos preparam a criação de distritos turísticos

Iniciativas vão ao encontro de proposta do Ministério do Turismo, que defende a implantação de áreas especiais de desenvolvimento do setor

Reservar áreas específicas para a instalação de empreendimentos como hotéis, restaurantes e parques temáticos e atrair investimentos a partir de incentivos públicos. Estes são os objetivos da criação de distritos turísticos, ideia que avança em destinos nacionais a exemplo de Palmas, capital do Tocantins e porta de entrada das belezas do Jalapão, e Penha, cidade catarinense que abriga o famoso Beto Carrero World. Em Palmas, uma lei municipal de 2018 prevê a implantação do espaço, que abrange 1.002 hectares entre a Serra do Lajeado e o Lago de Palmas. Ações como essas estão alinhadas aos novos projetos do Ministério do Turismo, que defende a adoção do modelo de áreas especiais de interesse turístico. Utilizada com sucesso em Cancún, no México, a modalidade envolve enquadramento tributário e licenciamento diferenciados. Segundo o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro, o objetivo é estruturar pelo menos um local do gênero em cada um dos 26 estados e no Distrito Federal. “Essa é uma das nossas ações prioritárias para atrair investidores e dinamizar a oferta turística do país. Vamos estudar junto às equipes econômica e ambiental do governo a definição destas áreas, que vão contribuir com a geração de emprego e renda a partir do turismo”, adianta. O aproveitamento turístico de áreas da União está entre as 35 Metas Nacionais Prioritárias para os primeiros 100 dias de governo do presidente Jair Bolsonaro, anunciadas nesta quarta-feira (24) em coletiva de imprensa. No caso de Palmas, a lei estabelece que o município deverá regulamentar o processo de captação e instalação de empresas. A prefeita Cinthia Ribeiro aposta em avanços no aproveitamento da vocação

turística regional. “Palmas apresenta um enorme potencial para a área, com praias, cachoeiras, eventos, espaços públicos de convivência, além de ser portal para as demais atrações turísticas do estado”, justifica. Já em Penha, a previsão é de que o distrito seja criado em área próxima ao Beto Carrero. O município já aprovou a redução do ISS sobre serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, de 5% para 3%, e agora prepara alterações no Plano Diretor da cidade, que devem ser discutidas a partir de fevereiro. Em seguida, a Prefeitura Municipal enviará à Câmara de Vereadores um projeto de lei prevendo a implantação do espaço. O prefeito Aquiles da Costa cita vantagens do distrito. “Temos uma localização privilegiada, às margens da BR-101, uma das principais rodovias do país. Ficamos perto de dois aeroportos e dois portos. Sediamos o maior parque multitemático da América Latina e um dos maiores do mundo e possuímos patrimônio natural incalculável, com 19 belas praias, Mata Atlântica, trilhas ecológicas, ilhas, entre outras atrações”, enfatiza. A cidade já conta com o Selo + Turismo do MTur, que garante prioridade na análise de um empréstimo de R\$ 30 milhões, por meio do Prodetur + Turismo, para obras que vão dar suporte à criação do espaço. As intervenções incluem a instalação de um novo portal turístico na entrada da Rodovia Beto Carrero, a construção de um centro de eventos e de um mercado público municipal, entre outras. PROPOSTA – Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a criação de áreas especiais para desenvolvimento turístico. O texto estabelece regime jurídico próprio a locais do tipo, que vão dispor de benefícios tributários e administrativos. Os espaços precisam cumprir vários requisitos, como potencialidade turística e facilidade de acesso a portos e aeroportos internacionais. Em Cancún, onde um modelo similar foi adotado, o turismo é responsável hoje pela injeção de mais de US\$ 12 bilhões na economia mexicana. A região, com pouco mais de 20 quilômetros e que há 50 anos não possuía infraestrutura mínima, atraiu grandes resorts com a criação de políticas de incentivos econômicos e tributários, transformando o destino num caso de sucesso da modalidade.

VEÍCULO: O MOSSOROENSE

DATA: 24.01.19

Notas da Redação

SISTEMA-S

Com o anúncio de que a equipe econômica do governo pretende extinguir o auxílio oficial para as empresas que constituem o chamado Sistema S, Sebrae Sesi, Senai, SESCOOP, Sesc, Senac, Senat, no país inteiro, estão se esforçando para mostrar serviços junto às comunidades. É a luta pela sobrevivência

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: POLÍTICA

Pagamento de pensionistas vai somar R\$ 522 milhões

«**CONTAS PÚBLICAS**» Projeções indicam crescimento dos gastos com pagamento de pensões pelo Instituto de Previdência do Estado

Com um déficit previdenciário de R\$ 130 milhões por mês, as projeções indicam que somente com os benefícios de pensionistas haverá uma elevação de R\$ 494 milhões, em 2018, para R\$ 522 milhões, neste ano. Esse será o total, ao longo de 2019, da soma do pagamento das pensões, que beneficiam viúvos e filhos de segurados da previdência estadual, um crescimento de 5,6%.

Os números estão no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), que foi publicado no "Diário Oficial do Estado" da quarta-feira (23).

O presidente do Ipern, Nereu Batista Linhares, diz que essa elevação na previsão de valores para pagamento de pensionistas, ocorre porque há dos por mês e não se sabe se quem vai morrer é um asg, que tem baixa remuneração, ou um servidor de alto salário.

Mas sobre a ligeira diminuição da folha de aposentados e pensionistas, que ficou em R\$ 1,385 bilhão no ano passado e este ano pode chegar a R\$ 1,328 bilhão, Nereu Linhares afirma que "está creditando isso aí", por enquanto, "a questão das compensações previdenciárias, que o Instituto não tinha conseguido fazer até 2018 junto ao INSS".

Essa seria a razão para que a previsão de gastos com apo-



MAGNUS NASCIMENTO

Presidente do Ipern, Nereu Linhares afirma que deverá haver compensações com o INSS

sentados e pensionistas da Polícia Militar do Rio Grande do Norte tenha baixado de R\$ 377,55 milhões no ano passado para R\$ 146 milhões em 2019. Ou de R\$ 73,65 milhões para R\$ 44 milhões em relação aos inativos do Idema.

Outra alteração significativa no QDD de 2019, foi a previsão de gastos com inativos da Defensoria Pública do Estado (DPE), que foi de R\$ 499 mil em 2018 e este ano é de apenas R\$ 146 mil. Para Linhares, como a DPE é um órgão novo, deve ter havido uma superestimação do orçamento anterior, mas o Ins-

tituto já está recebendo os dados reais de todo o pessoal inativo da Defensoria.

De acordo com o QDD divulgado no meio da semana, do montante da folha de inativos dos três Poderes, que chega a R\$ 1,328 bilhão, somente o que corresponde aos inativos do Poder Executivo chega a R\$ 1,105 bilhão.

A responsabilidade do Ipern com o pagamento de inativos dos outros Poderes – Legislativo e Judiciário – e órgãos autônomos – Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Defensoria Pública, é de R\$

223,63 milhões, o equivalente a 20% do que é gasto com a folha total inativos do Poder Executivo.

Segundo Nereu Linhares, caso cada um desses Poderes e órgãos se responsabilizassem por suas próprias folhas de inativos, "isso ajudaria no pagamento das aposentadorias do próprio Ipern", sem contar que o Tesouro Estadual cobre o déficit previdenciário todo mês, porque as contribuições patronal e dos servidores não são suficientes para cobrir toda a folha de aposentados e pensionistas.

CONTINUAÇÃO

Segurança pública será desafio da nova legislatura

« LEGISLATIVO » Deputados afirmam que esperam projetos para combate ao crime organizado e mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente

LUCIO BERNARDO JR. / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um dos temas centrais no debate eleitoral de 2018, a segurança pública tem uma série de desafios a serem enfrentados pelo novo governo e pelo novo Parlamento. Deputados acreditam que o novo governo deve focar no combate ao crime organizado, na flexibilização na lei do desarmamento, na redução da maioria penal, em mudanças no sistema prisional, entre outros pontos. Nos primeiros dias do governo Bolsonaro, o estado do Ceará, por exemplo, enfrentou uma grave crise na área com o crime organizado e suas facções medindo forças com o governo estadual.

Além disso, o Brasil está entre os mais violentos do mundo, com uma média de 63 mil assassinatos por ano, de acordo com o Atlas da Violência de 2018. E ainda houve um aumento dos homicídios e da violência contra as mulheres.

Uma das promessas de campanha de Bolsonaro para enfrentar a crise na segurança pública já foi cumprida: o decreto assinado na semana passada facilita a compra e a posse de armas de fogo no País. Segundo o governo, o objetivo é garantir o direito do cidadão à legítima defesa.

O deputado Capitão Augusto defende que a próxima iniciativa deve ser o endurecimento da legislação penal. Para ele, as leis devem amparar os cidadãos como um todo.

"O Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei Execuções Penais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a própria Lei do Desarmamento e a Cons-



Deputado Capitão Augusto defende que a próxima iniciativa deve ser o endurecimento da legislação

tituição devem ser alteradas", defende. Segundo ele, o que existe não é uma questão específica de violência contra a mulher ou de homofobia. "O que a gente vê é uma impunidade muito grande e o marginal não sentindo o peso da Justiça. Você tem que endurecer a legislação. Qualquer homicídio, não importa se é homem, mulher, homossexual, a pena tem que ser rigorosa", afirma o parlamentar.

Outro tema polêmico na área da segurança pública é a redução da maioria penal nos casos de crimes hediondos, como estupro e latrocínio, e também para homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A Câmara já aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 171/93,

que altera a maioria penal de 18 para 16 anos. O texto está parado no Senado mas, mesmo assim, há várias visões sobre o tema. O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) defende, por exemplo, alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir um tempo maior de internação para menores infratores.

"É um equívoco dizer que o estatuto não pune. O estatuto pune, foi ele que introduziu a possibilidade de punição quando o menor era inimputável. Mas hoje está insuficiente. Eu defendo que o ECA seja alterado para permitir uma internação de até dez anos e fazer uma graduação de acordo com crime cometido", afirmou Gonzaga.

Em 2016, o Ministério da Justiça divulgou levantamento que mostrou que, entre os anos de 2000 e 2016, a população carcerária aumentou 157%. O País atingiu a marca de mais 726 mil presos. O deputado eleito Sargento Gurgel (PSL-RJ) acredita que é preciso mudar o atual sistema prisional brasileiro. Segundo ele, as prisões não ressocializam ninguém.

"O crime é uma agressão à vítima e à sociedade. Quando ele comete um crime, ele comete um crime contra o cidadão de bem e contra toda sociedade. Temos que estudar uma forma de o criminoso cumprir uma parcela de responsabilidade disso, seja trabalhando, contribuindo em funções públicas", defendeu Gurgel.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: POLÍTICA

Servidores poderão definir dados como 'ultrassecretos'

« TRANSPARÊNCIA » Governo de Jair Bolsonaro autoriza comissionados a classificarem dados e documentos com selo que impede a divulgação

MATHEUS LARA

Agência Estado

São Paulo (AE) - O governo de Jair Bolsonaro deu a servidores comissionados permissão para classificar dados e documentos como "ultrassecretos", selo que impede sua divulgação pública por pelo menos 25 anos. Desde 2012, essa responsabilidade só podia ser exercida por integrantes da chamada alta administração: presidente, vice-presidente, ministros e comandantes das Forças Armadas. A mudança preocupa analistas e entidades que promovem a transparência do setor público.

Assinado pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão, o Decreto 9.690/19 foi publicado nesta quinta-feira, 24, no Diário Oficial da União, e altera regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação. O texto afirma que os integrantes do primeiro escalão do governo poderão delegar a ocupantes de car-



VALTER CAMPANATO

Hamilton Mourão, que está na Presidência, assinou o decreto

NOTA DA CGU

"A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), em seu artigo 27, §1º, já previa a possibilidade de delegação da competência para classificação de informações em grau secreto e ultrassecreto. Essa delegação foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, no âmbito do Poder Executivo federal, de maneira mais restritiva do que a própria lei, vetando a delegação. O Decreto nº 9.690, publicado hoje, resgata o espírito original da lei, permitindo a melhor operacionalização e simplificação da atuação do Estado. O decreto anterior optou pela restrição total como forma de regulamentação. Já o atual, fruto das experiências colhidas nos mais de seis anos de vigência, permite uma regulamentação mais voltada ao princípio da eficiência na administração pública. O novo decreto também ajusta a composição da Comissão Mista de

CONTINUAÇÃO

gos de confiança do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) 6 e 5 a atribuição de colocar informações do governo sob os mais altos graus de sigilo. O mesmo poderá ser feito por chefes de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O objetivo do governo, segundo Mourão, é reduzir a burocracia para análises de pedidos de acesso a dados públicos. Ele disse que o decreto veio da gestão do ex-presidente Michel Temer, e Bolsonaro deu "luz verde" para a assinatura. Entidades e especialistas divulgaram uma carta aberta em protesto contra as alterações e pediram a revogação do decreto. "As mudanças colocam em grave risco o espírito da Lei de Acesso à Informação de atribuir ao sigilo um caráter excepcional e de aumentar o controle e o custo político da classificação sigilosa", diz o texto.

O documento é assinado por organizações como Artigo 19, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Transparência Brasil e Instituto Não Aceito Corrupção, além de pesquisadores e ativistas ligados ao tema da transparência pública. "Ampliar o grupo de autoridades competentes para aplicar sigilo abre espaço para que o volume de informações classificadas como secretas e ultrassecretas aumen-

Sigilo

1 – PRAZOS MÁXIMOS DE RESTRIÇÃO AOS ACESSOS:

Reservado: 5 anos
Secreto: 15 anos
Ultrassecreto: 25 anos

2 – MOTIVOS PARA SIGILO

Risco à vida, à segurança ou à saúde da população;
Risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico;
Risco à segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

3 – EXEMPLOS DE ULTRASSECRETOS:

Relatórios das Forças Armadas;
Comunicados produzidos pelas embaixadas no exterior;
Análises do Itamaraty;

Dados sobre a comercialização de material bélico;

4 – QUEM DETERMINA O 'SELO DE ULGRASSECRETO'

Antes do decreto de ontem: Presidente da República, vice-presidente, ministros de Estados, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas e consulares que permaneçam no exterior.

COM O DECRETO DE ONTEM:

Além das autoridades acima, ampliou a possibilidade de definir documentos como ultrassecretos para comissionados com função de direção e assessoramento superiores, chefes de autarquias, de fundações, de empresas públicas e de sociedades de economia mista.

te. O monitoramento da classificação dessas informações, consequentemente, é dificultado." Os especialistas questionaram ainda o fato de a medida não ter sido debatida com a sociedade civil.

O ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, defen-

deu o decreto. Ele disse que a Lei de Acesso à Informação já permitia a descentralização de análise de pedidos e afirmou que a nova regra ajudará na desburocratização. "Isso não corta a transparência em nada, só descentraliza as decisões", afirmou o ministro.

Reavaliação de Informações (CMRI), que passa a ser composta por nove membros – e não mais dez, como anteriormente – refletindo a nova estrutura administrativa do Poder Executivo federal, em que os antigos ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda passaram a compor o Ministério da Economia. Quanto às alegações de que alterações relativas à classificação de informações teriam efeitos nocivos na aplicação da LAI, ressaltamos que tal assertiva não procede, visto que as mudanças ora propostas tem por intuito simplificar e desburocratizar a atuação do Estado.

Destacamos, por exemplo, que tanto o Estado de Alagoas quanto o município de Belo Horizonte, que obtiveram maior pontuação em 2017 na Escala Brasil Transparente, e o Estado de Pernambuco, que obteve maior pontuação em 2018, também previram, em suas regulamentações da Lei de Acesso, tal possibilidade de delegação. Finalmente, ressaltamos que as mudanças ora realizadas são fruto de intensa discussão, desde 2018, entre a CGU e diversos atores, dentre eles o Gabinete de Segurança Institucional, evidenciando a atuação integrada do Governo Federal na busca do aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência pública."

CONTINUAÇÃO

BATE-PAPO

Gil Castello Branco / Secretário-geral da Associação Contas Abertas

‘Decreto fere Lei de Acesso à informação e discurso de campanha’

O aumento do número de pessoas autorizadas a tornar um documento ultrassecreto pode fazer com que esses documentos sejam mais numerosos?

Quando o governo amplia a quantidade de pessoas que poderão decidir sobre os graus de restrições, ele muito provavelmente amplia o número de documentos que vão estar com essas restrições. As dificuldades para colocar um documento como ultrassecreto passam a ser menores.

O governo justifica o decreto sob a ótica da desburocratização.

Se a intenção do governo foi desburocratizar o processo, essa desburocratização vai completamente de encontro ao que a sociedade deseja, que é a maior quantidade de documentos possível disponibilizados. Esse decreto deve ser simplesmente revogado.

A sociedade civil foi convidada a debater essas mudanças?

Não tive nenhum conhecimento dessas propostas. Se fôssemos, teríamos sido contrários. É inapropriada, descabida.

Como candidato, Bolsonaro trouxe a transparência como uma "meta inegociável" em seu plano de governo. O senhor vê esse decreto como uma contradição daquilo que foi dito durante a campanha?

Eu acho que realmente fere a Lei de Acesso à Informação e fere o discurso do então candidato. Parece incoerente que na mesma ocasião em que se discute a maior abertura dos dados do BNDES o governo solta uma medida que tem uma grande chance de estar ampliando a relação de documentos indisponíveis.

Casa Civil afirma que havia uma restrições ilegais

A assessoria jurídica da Casa Civil afirmou que o presidente em exercício, Hamilton Mourão, assinou o decreto ampliando o número de servidores que podem ser autorizados a classificar documentos do governo como secretos e ultrassecretos porque o decreto anterior que regulamentava a Lei de Acesso à Informação, de 2011, fazia uma restrição total e não estava de acordo com a legislação.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, de 2011, as autoridades que podem classificar documentos como secretos e ultrassecretos são: o presidente da República, o vice, ministros de Estados, os comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas e consulares que permaneçam no exterior. Um decreto editado em 2012 proibia que outros agentes públicos fossem autorizados a fazer a classificação.

O decreto assinado ontem por Mourão, por sua vez, ampliou a possibilidade para comissionados com função de direção e assessoramento superiores, chefes de au-

tarquias, de fundações, de empresas públicas e de sociedades de economia mista.

"O decreto anterior fazia restrição indevida, este decreto assinado agora está regulamento melhor, abrindo a possibilidade, mas limitando a servidores da alta administração em obediência ao Código de Conduta da Presidência da República", esclareceu a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, órgão responsável por avaliar juridicamente as medidas assinadas pelo Planalto.

A assessoria admitiu ainda que, na prática, o número de servidores que podem vir a ser autorizados a classificar esses dados aumentou. Esclarecimento da Pasta divulgado mais cedo afirmava que o decreto restringia a quantidade de funcionários capazes de receber essa autorização.

A Casa Civil afirmou que cada ministério precisará editar uma portaria para regulamentar quais servidores poderão ser autorizados a fazer a classificação de sigilo.

Moro descarta interferência do governo em investigação

« CASO COAF » Ministro assegura que não há possibilidade de influência nas apurações que envolvem movimentações de Flávio Bolsonaro

São Paulo (AE) - O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou que o governo federal não vai interferir nas investigações sobre movimentações financeiras suspeitas envolvendo o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e ex-assessores de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em entrevista para a agência Reuters em Davos, na Suíça, Sérgio Moro disse que a investigação é preliminar e está nas mãos dos promotores estaduais.

"Eles estão fazendo seu trabalho de maneira normal. O governo nunca vai interferir no trabalho dos investigadores ou no trabalho com promotores", disse o ministro, que participou da comitiva brasileira no Fórum Econômico Mundial.

O assunto tem gerado preocupação no núcleo palaciano do governo com as notícias envolvendo diretamente Flávio Bolsonaro. Ao falar sobre o tema, o presidente tem afirmado que as apurações são uma forma de atingi-lo ou ao seu governo. Na quarta-feira, 23, em entrevista ao Jornal da Record, Bolsonaro disse que o filho teve "o sigilo quebrado" e foi alvo de "uma arbitrariedade". Flávio Bolsonaro também fala em quebra de sigilo por parte do Coaf.



MARCELO CASALL JR./ABR

Sérgio Moro destaca que promotores têm independência

Flávio Bolsonaro afirma ser contra atividades das milícias

Filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) disse, em entrevista a jornal da emissora SBT, que é "contra milícias", e que frases que ele havia dito sobre o tema, em um debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2007, foram tiradas de contexto.

Em relação a homenagens que fez a PMs acusados de comandar um dos grupos milicianos mais antigos do Estado, em Rio das Pedras, Flávio justificou que já ofereceu "centenas" de moções parabenizando profis-

sionais de segurança pública e que não sabia à época, sobre as acusações. Um dos homenageados estava preso no momento em que o pedido de homenagem foi protocolado.

"Eu sou contra milícias, só que nesse momento (em 2007) estava começando uma discussão sobre o que era isso. Estava se generalizando de uma forma muito preocupante", disse Flávio à emissora. "Eu sempre fiz a defesa dos profissionais de segurança pública. E qualquer lugar onde moravam dois ou três policiais já estava sendo considerado 'milícia'", destacou.

Jair Bolsonaro defende filho por homenagem a PMs

São Paulo (AE) - O presidente Jair Bolsonaro disse que seu filho mais velho, o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), não pode ser culpado por homenagens que fez a acusados de comandar milícias no Rio.

Em entrevista ao jornal americano Washington Post, o presidente disse que Flávio, então deputado estadual, concedeu "mais de 300 diferentes condecorações e títulos de honra" a profissionais da área de segurança pública, e que não poderia ser responsabilizado por duas em que poderia haver irregularidades. "A pessoa que concedeu a condecoração não pode ser culpada", disse Bolsonaro.

As homenagens, em 2003 e 2004, foram feitas aos policiais militares Adriano Magalhães da Nóbrega e Ronald Paulo Alves Pereira. Nóbrega ganhou a Medalha Tiradentes, considerada a maior honraria do Estado, enquanto Pereira recebeu menção honrosa. Os dois foram alvo de mandados de prisão na Operação Intocáveis, da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio, acusados de participar de uma das principais milícias do Estado, em Rio das Pedras, comunidade pobre na zona oeste.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: ECONOMIA

Arrecadação em 2018 cresce 4,74% e soma R\$ 1,4 trilhão

« **TRIBUTOS** » Conforme levantamento da Receita Federal, valores pagos em impostos e contribuições à União em 2018 teve maior aumento em quatro anos

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 1,457 trilhão em 2018, um aumento real (já descontada a inflação) de 4,74% na comparação com o ano anterior, conforme a Receita Federal. Em 2017, a arrecadação federal havia somado R\$ 1,342 trilhão. O valor arrecadado foi o melhor desempenho anual desde 2014.

Em dezembro, a arrecadação federal somou R\$ 141,529 bilhões, uma queda real de 1,03% na comparação com dezembro de 2017, quando ficou em R\$ 137,842 bilhões (R\$ 143 bilhões, no valor corrigido pela inflação). Em relação a novembro deste ano, houve aumento de 18,34%.

Entre os fatores para a alta da arrecadação em 2018 está o crescimento de 12,37% na arrecadação do IRPJ/CSLL e de 6,78% na Cofins e PIS/Pasep. Além disso, a Receita listou o crescimento das arrecadações relacionadas a depósitos judiciais e o incremento de ações de cobrança.

Um dos alvos da nova equipe econômica, as desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 84,239 bilhões em 2018, valor maior do que em 2017, quando somou em R\$ 83,643 bilhões. Apenas no mês de dezembro, as desonerações totalizaram R\$ 8,266 bilhões, abaixo do que em dezembro do ano anterior R\$ 8,965 bilhões).

Só a desoneração da folha de pagamentos custou aos cofres federais R\$ 11,992 bilhões em 2018, sendo R\$ 2,112 bilhões em dezembro.

O Congresso aprovou em agosto a reoneração da folha de 39 setores da economia, como contrapartida exigida pelo governo para dar o desconto tributário no diesel prometido aos caminhoneiros que estavam em greve. Pela lei aprovada, outros 17 setores manterão o benefício até 2020.

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, já anunciou que pretende reativar a desoneração da folha de salários, mas dessa vez de forma linear para toda a economia. Ele não explicou ainda, porém, como o governo irá compensar a perda de arrecadação com a medida.

Projeção para 2019

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, destacou nesta quinta-feira, 24, que o desempenho dos principais fatores econômicos também explicam a alta de 4,74% na arrecadação de 2018 na comparação com 2017. Ele sinalizou que a expectativa do Fisco é de novo crescimento da arrecadação em 2019.

“A trajetória até aqui é ascendente. A expectativa é de que, mantido o atual ambiente econômico, teremos uma trajetória de continuidade da reto-

mada da atividade econômica, com impacto na arrecadação de tributos”, avaliou Malaquias. “Também temos dados positivos do aumento do emprego, o que se reflete na renda e, por consequência, no consumo”, completou.

Segundo Malaquias, o ritmo de crescimento acumulado verificado no fim de 2018 (5,39% até novembro, e 4,74% até dezembro) foi menor que o do começo do ano (10,12% em janeiro, e até 10,34% fevereiro), porque a retomada mais firme da economia teria se iniciado na segunda metade de 2017. Assim, a base de comparação já seria mais elevada no segundo semestre. “Da mesma forma, o crescimento da arrecadação em 2019 deve se situar em níveis próximos ao do fim de 2018”, detalhou.

Royalties

O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal atribuiu o crescimento da arrecadação com royalties de petróleo em 2018 ao aumento do preço do barril e à variação do dólar naquele ano.

De acordo com o órgão, a arrecadação das despesas administradas por outros órgãos, composta principalmente por royalties de petróleo, teve aumento real de 51,79% em 2018, totalizando R\$ 58,214 bilhões. Somente em dezembro, a alta foi de 24,77%, com arrecadação de R\$ 2,913 bilhões.

« **AGRONEGÓCIO** »

BNB expande contratações no meio rural em 16%

Os mini e pequenos produtores rurais fecharam 2018 com crescimento de 16% no volume de contratações com o Banco do Nordeste. Ao todo, foi aplicado R\$ 1,3 bilhão para o segmento em 2018, valor superior ao montante de R\$ 1,1 bilhão financiado em 2017. Os recursos são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Mais de seis mil contratos foram formalizados no período. O crédito contemplou empreendimentos rurais de pequeno porte, em todos os estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ao todo, 53% das contratações foram destinadas a propriedades localizadas na região do Semiárido.

Entre as operações realizadas, o custeio representou 52% do valor total contratado, atendendo aos setores agrícola e pecuário. Os financiamentos incluíram itens como compra de vacinas, plantio, aquisição de ração, pagamento de mão de obra, entre outros.

Já as operações de investimento e comercialização responderam por 48% do montante aplicado. O crédito de longo prazo é utilizado na ampliação da produção e comercialização, compra de máquinas e equipamentos, reposição de peças e serviços de manutenção, expansão, modernização ou realocação de empreendimentos do seu agronegócio.

NoRN, foram contratadas 31,7 mil operações de crédito com recursos do FNE, perfazendo o montante de R\$ 3,1 bilhões. Desses, R\$ 2,3 bilhões mil foram destinados a projetos de grande porte, especialmente aqueles destinados à produção de energia eólica.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: ECONOMIA



Aumento na arrecadação federal, conforme estimativas da Receita Federal, continuará em 2019

Fiart será aberta nesta sexta, 25

« ARTESANATO » Evento será aberto ao público às 16h e segue até o dia 3 de fevereiro no novo pavilhão do Centro de Convenções na Via Costeira

A 24ª Feira Internacional de Artesanato (Fiart) começa nesta sexta-feira, 25, a partir das 16h, no novo pavilhão do Centro de Convenções de Natal, na Via Costeira. O evento reúne artesãos das cinco regiões do Brasil e de países como Senegal, Bolívia, República Tcheca, Peru, Madagascar e Colômbia. A expectativa, de acordo com o organizador da feira, Neivaldo Guedes, é de que aproximadamente 70 mil pessoas visitem a feira, que ocorre até o próximo dia 3 de fevereiro. Em 2018, a Fiart movimentou R\$ 6,8 milhões com a venda e comercialização de

produtos. Para este ano, a meta é superar esse montante.

Na edição deste ano, 250 artesãos potiguares vão expor e comercializar o que produzem no estande do Governo do Rio Grande do Norte, que apoia a feira por meio da Secretaria Estadual do Trabalho, Habitação e Ação Social (Sethas). No estande da Prefeitura do Natal, também parceira na realização do evento, serão 70 artesãos de Natal e grupos da Economia Solidária.

Além de todo o artesanato exposto, a Fiart promove a realização de workshops e concurso de fotografias, minicursos de

artesanato, espaços kids e gastronômico, com a participação de seis cervejarias artesanais do Rio Grande do Norte, além da promoção da arte da cultura de municípios participantes no dia dedicado a homenagear as cidades.

Serviço:

24ª Feira Internacional de Artesanato - FIART
Quando: 25 de janeiro a 3 de fevereiro de 2019
Local: Centro de Convenções de Natal
Hora: a partir das 16h
Entrada: R\$ 10,00 e R\$ 5,00 (estudantes e idosos)

« REFINARIAS »

Petrobras reduz preço da gasolina em 2,5%

A Petrobras anunciou corte de 2,5% no preço médio do litro da gasolina. A sem tributo nas refinarias, válido para esta sexta-feira, dia 25, para R\$ 1,5104. Além disso, a estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 1,9998, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar no qual a companhia pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, "concedendo seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral".

Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro de 2018, permite à empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

NÚMERO

2,5%

é o percentual de redução do custo médio do litro da gasolina nas refinarias

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 25.01.19

EDITORIA: GERAL

Guedes rejeita exclusão de militares

« **IMBRÓGLIO** » Possibilidade de elaboração de projeto extra para a reforma previdenciária dos militares brasileiros foi rejeitada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que deve apresentar proposta unificada

As divergências dentro do governo envolvendo a aposentadoria dos militares ganharam um novo capítulo nesta quinta-feira, 24, no Fórum Econômico Mundial. Em Davos, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, reforçou a ideia de que as Forças Armadas ficariam para uma segunda etapa da reforma. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes disse que "se não for simultâneo, fica estranho".

A equipe econômica quer que todo o processo seja consumado de uma só vez. O ministro foi aconselhado durante o evento na Suíça a não deixar os militares de fora da reforma porque poderia colocar em risco a aprovação no Congresso. O ex-presidente Michel

cou muito claro que essas áreas serão incluídas na reforma", disse uma fonte que participou do encontro.

A alegação de Bolsonaro para que não haja pressa foi ilustrada como um caso médico em que não se pode errar na dose de um remédio que poderia acabar por matar o paciente. No Brasil, o presidente em exercício, Hamilton Mourão, também foi pela mesma linha. Ele sugeriu que o endurecimento nas regras para os militares seja enviado entre as duas votações da proposta de emenda à Constituição que mexerá nas regras para os segurados do INSS e os servidores públicos. "A nossa é mais fácil de ser aprovada. De repente, é aprovada a dos militares e não é aprovada a dos outros", afirmou o general.

CONTINUAÇÃO

Temer já enfrentou fortes críticas por ter excluído os militares das mudanças. “Os militares são patriotas. Gostam dessa ideia de liderar pelo exemplo”, afirmou Guedes.

Na véspera, em almoço fechado para investidores internacionais, o presidente Jair Bolsonaro também havia dado essa indicação, ainda que de forma mais sutil, de que os militares também passarão por mudanças de regras. Segundo um participante do encontro, ele se mostrou otimista com a aprovação da proposta pelos parlamentares, mas ponderou que é preciso “ir com calma”. “Ele quis dizer que em algumas áreas, que todos sabem quais são, é preciso ter cuidado e, com isso, fi-

Em Davos, Heleno, revelou que já é antiga a ideia de incluir os militares nas alterações das normas para aposentadoria. Disse, no entanto, que isso ocorreria apenas em uma segunda etapa. “Estamos de acordo com isso. Já está acertado há muito tempo”, afirmou, argumentando que a separação se daria porque os oficiais fazem parte de um regime diferente do da Previdência Social. E previu muita negociação em torno do caso.

Trâmite

Para Guedes, no entanto, mesmo que sejam usados instrumentos diferentes, todos terão de dar a sua contribuição para as contas públicas do País. Para modificar algumas das regras

CONTINUAÇÃO



ALAN SANTOS/PR

Guedes, ministro da Economia, disse que o Brasil terá uma reforma com "poderoso efeito fiscal"



**GUEDES:
ECONOMIA DE
R\$ 1,3 TRILHÃO**

Nesta quinta-feira, 24, o ministro da Economia afirmou à agência de notícias Reuters, em entrevista concedida durante o Fórum Econômico Mundial, que a reforma da Previdência que o governo vai enviar ao Congresso pode economizar dos cofres públicos até R\$ 1,3 trilhão.

"Nós estamos estudando os números e eles variam de R\$ 700 a 800 bilhões a R\$ 1,3 trilhão, então esta é uma reforma significativa e que nos dará um importante ajuste fiscal estrutural", afirmou o ministro.

A realização da reforma, segundo Guedes, dará ao Brasil um "poderoso efeito fiscal" com duração por "15, 20, 30 anos". "Ou é isso, ou vamos nos tornar a Grécia", disse.

de aposentadoria do INSS e do serviço público é preciso modificar a Constituição - o que exige o apoio de três quintos da Câmara e do Senado, em duas votações. Para aprovar alterações na Previdência dos militares, basta que a maioria simples das duas Casas aprove um projeto de lei.

No Brasil, as regras atuais permitem que militares, ho-

mens e mulheres, se aposentem com salário integral após 30 anos de serviços prestados. As pensões para dependentes são integrais, mas deixam de ser pagas aos 21 anos. Na reforma mais recente, feita em 2001, ficou extinta a pensão vitalícia para filhas a partir daquela data. Todos os militares que ingressaram antes de 2001, no entanto, puderam manter o benefício vita-

lício para as filhas com contribuição adicional equivalente a 1,5% da sua remuneração.

Mourão admitiu que cada membro do governo tem uma opinião sobre as regras dos militares, mas caberá ao presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, bater o martelo. "Para isso que ele ganha mais, para decidir. A decisão final é dele."

VEÍCULO: DE FATO

DATA: 25.01.19

EDITORIA: POLÍTICA

IRREGULARIDADES

Governo Fátima vai denunciar Robinson ao Tribunal de Contas

>> Segundo a Controladoria Geral do Estado, o ex-governador cometeu uma série de irregularidades no âmbito da administração estadual

CÉSAR SANTOS
Da redação

O ex-governador Robinson Faria (PSD) deixou para trás um rastro de coisas suspeitas e irregularidades no âmbito da administração pública. São serviços sem contrato formal, assinatura de contratos sem prévio empenho, sem a reserva dos recursos, entre outros erros que revelam o desmantelo da gestão passada.

O atual governo vai denunciar as irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN). Um relatório com



Marcos Meira/O Dia

Controlador geral Pedro Lopes: "Nunca imaginei uma situação dessa"

CONTINUAÇÃO

os erros da gestão Robinson está sendo elaborado para ser encaminhado à análise da Corte de Contas. A previsão é que em duas semanas o levantamento esteja pronto e que deverá ser apresentado ao TCE-RN na primeira quinzena de fevereiro.

O controlador geral do Estado, Pedro Lopes Araújo Neto, se assustou com a situação encontrada pelo novo governo. “Nunca imaginei entrar no Estado numa situação dessa, de serviços sem contrato. E são serviços importantes, que não podem parar”, disse, em entrevista ao programa “Manhã Agora”, na FM 97,9 de Natal. Lopes informou que o governo vai expedir uma resolução para promover a regularização desses casos em caráter emergencial, o que a lei permite.

Segundo o controlador, há situações graves, como a

assinatura de contratos sem a previsão de recursos, o que pode gerar uma espécie de “calote”. Configura-se crime de improbidade administrativa, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As irregularidades serão encaminhadas ao TCE por dever de ofício, segundo Lopes. Como órgão de controle interno do Executivo, a Control tem suas atribuições previstas na Constituição Federal. Quando tem acesso a informações sobre irregularidades, a Control tem o dever de ofício de fazer a comunicação ao Tribunal de Contas, que é o órgão de controle externo. “Se não fizermos [a denúncia], sobra para o controlador. Então, vamos fazer o nosso dever e isso será público”, afirmou.

Pedro Lopes adiantou que deverá se reunir com o conselheiro Poti Júnior, novo presidente do TCE, no dia 6

de fevereiro, para tratar do assunto.

CONTAS REPROVADAS

As irregularidades encontradas na administração de Robinson Faria não são novidades. As contas de sua gestão, exercício 2016, foram reprovadas pelo TCE por erros insanáveis. Foi a primeira vez na história do RN que a Corte reprovou contas do Executivo estadual. Em outras oportunidades, houve aprovações com ressalvas, contudo nunca a Corte decidiu, em maioria, pela reprovação. Nessa ocasião, a decisão foi à unanimidade.

Dentre as irregularidades apontadas pelos conselheiros do Tribunal, estava o uso do Fundo Previdenciário (FUNFIR) por parte do governador Robinson Faria, que teria usado o Funfir para cobrir despesas da gestão.

O ex-governador Robin-

son também incorreu em crime de responsabilidade e improbidade administrativa ao abrir créditos suplementares no valor de R\$ 131 milhões a título de excesso de arrecadação relativo à Fonte 100, quando não houve excesso de arrecadação; e ao realizar o pagamento de R\$ 67,8 milhões em despesas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do RN (PROADI) por meio de ofícios, sem autorização orçamentária, o que é vedado pela legislação.

Apesar das indicações do TCE, a decisão final a cargo da Assembleia Legislativa acabou beneficiando o ex-governador. Os deputados ignoraram o parecer do Tribunal e decidiram aprovar as contas. Por consequência, livraram Robinson da inelegibilidade, o que permitiu que ele fosse candidato à reeleição em 2018.

VEÍCULO: DE FATO

DATA: 25.01.19

EDITORIA: POLÍTICA

Servidores da saúde marcam greve para o dia 5 de fevereiro



Sindsaúde

Decisão foi tomada em assembleia realizada pelo Sindsaúde

A governadora Fátima Bezerra (PT) vai enfrentar a primeira greve de servidores públicos. Os trabalhadores em saúde decidiram paralisi-

sar as atividades a partir do dia 5 de fevereiro, em protesto à falta de proposta do governo para pagamento dos salários atrasados. A decisão

foi tomada nesta quinta-feira, 24, em assembleia geral realizada pelo Sindicato dos Servidores da Saúde (SINDISAÚDE-RN).

Além da indignação pelo atraso salarial, que se arrasta há 36 meses, os servidores também reclamam o desabastecimento nos hospitais públicos, bem como a ausência de implantação das mudanças de nível dos servidores da pasta da Saúde.

Com a decisão, a categoria da saúde se distancia do Fórum de Servidores que acatou a proposta de o governo pagar os salários de janeiro, sem definir calendário para o atrasado. O Sindsaúde não concorda com os acordos do governo com o Fórum dos Servidores – que congrega 17 sindicatos. Além disso, a entidade não assinou o acordo sobre os salários com o Governo do Estado.

O Governo deve o pagamento de parte da folha de novembro, dezembro, o 13º de 2018, além do de 13º de 2017 (aposentados). A governadora Fátima ainda não definiu o planejamento para a quitação dessa dívida.